

O ALTO DO TALÉGRE (ALBERGARIA-A-VELHA, AVEIRO) — UM POSTO DE COMUNICAÇÃO ENTRE A MEMÓRIA ORAL E A ARQUEOLOGIA*

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA**

PAULO A. P. LEMOS***

SARA ALMEIDA E SILVA****

Resumo: *O Monte de São Julião, em Albergaria-a-Velha, conserva os vestígios de um povoado da Idade do Bronze, mas a microtoponímia e a memória local preservaram uma recordação mais recente — a da existência de um posto de comunicações telegráfico na primeira metade do século XIX. As escavações arqueológicas, levadas a cabo pelo Centro de Arqueologia de Arouca, com particular incidência para a campanha realizada em 2021, têm colocado a descoberto os vestígios desta estrutura contemporânea, após a recolha de informações orais e da realização de trabalhos de prospeção geofísica, que permitiram localizar a área potencial de assentamento do edifício que serviu de posto telegráfico, com as instalações de apoio às guarnições militares em serviço no Alto da Branca.*

Palavras-chave: *telegrafia ótica ou visual; São Julião da Branca; Albergaria-a-Velha; arqueologia moderna e contemporânea.*

Abstract: *São Julião Hill, in Albergaria-a-Velha, preserves the remains of a Bronze Age settlement, but the micro-toponymy and local memories have preserved a more recent memory — that of the existence of a telegraphic communications post, in the first half of the 19th century. The archaeological excavations, developed by Centro de Arqueologia de Arouca, with particular emphasis on the campaign, carried out in 2021, have uncovered the remains of this contemporary structure, after collecting oral information and carrying out geophysical prospection works, which made it possible to locate the potential settlement area of the building that served as a telegraph office, with the support facilities for the military garrisons in service at Alto da Branca.*

Keywords: *optical or visual telegraphy; São Julião da Branca; Albergaria-a-Velha; modern and contemporary archaeology.*

INTRODUÇÃO

O «Alto do Talégre», também conhecido como Monte de São Julião, localiza-se no lugar da Espinheira, freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha, distrito de Aveiro (Fig. 1). A elevação situa-se na primeira cordilheira de relevos que assinalam a transição das planícies litorais do Baixo Vouga lagunar para os contrafortes da Serra do Arestal,

* Se o *copyright* das imagens, gráficos ou tabelas não for indicado, pertence aos autores do texto.

** Coordenador do Projeto VAL-JUL. Centro de Arqueologia de Arouca; Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (unidade de I&D 4059 da FCT). Email: ampsilva@hotmail.com.

*** Projeto VAL-JUL. Centro de Arqueologia de Arouca. Email: paplemos@gmail.com.

**** Projeto VAL-JUL. Centro de Arqueologia de Arouca. Email: saralmeidasilva@gmail.com.

com altitude máxima de 330 m, gozando por isso de condições de visibilidade bastante assinaláveis, podendo alcançar-se no horizonte desde a laguna de Aveiro, a oeste, passando pela bacia do rio Caima, até ao Caramulinho, em Tondela.

Consagrada na toponímia — a Rua do Talégre é um dos acessos à cumeada — ficou a memória de ali ter existido um antigo posto de comunicações telegráficas, mas não foi esta estrutura contemporânea a primeira a merecer a atenção da investigação arqueológica. As pesquisas tiveram início na década de 90 do século XX, após ações de florestação intensiva que revelaram, destruindo-o parcialmente, um povoado dos finais da Idade do Bronze¹. Após as campanhas de 1993-1994, os trabalhos arqueológicos só foram retomados em 2014, no âmbito de projetos de investigação desenvolvidos pelo Centro de Arqueologia de Arouca e financiados pelo município de Albergaria-a-Velha. Nesta segunda fase, foram efetuadas escavações especialmente num troço da estrutura de delimitação do povoado proto-histórico e numa mamoa também existente no local² (Fig. 2). O reconhecimento da importância científica destas ruínas levou o município a adquirir a principal parcela de terreno onde se implantavam aquelas estruturas arqueológicas, tendo-se dado início, em 2019, a um novo projeto de investigação, designado como VAL-JUL (Estudo, Conservação e Valorização do Sítio Arqueológico de São Julião), que prevê, além da continuidade das escavações, a realização de prospeção geofísica e a valorização dos vestígios identificados.

Este novo projeto de pesquisa veio permitir que também os vestígios contemporâneos fossem alvo de investigação. Assim, a dispersão de material de construção de aspeto contemporâneo numa área próxima à mamoa de São Julião, bem como os relatos de residentes nas proximidades, permitiram selecionar uma zona propícia para averiguar a eventual localização do telégrafo. Na sequência destes testemunhos e dos resultados dos trabalhos de prospeção geofísica, que tiveram lugar em 2020³, foram realizadas sondagens que colocaram a descoberto os vestígios de um edifício que poderá ter acolhido o posto de comunicações, servindo também de apoio aos militares que se encontravam no serviço telegráfico.

¹ SILVA, PEREIRA DA SILVA, 1995.

² ALMEIDA E SILVA *et al.*, 2018-2019; SILVA, PEREIRA, 2020; SILVA *et al.*, 2015, 2016, 2017, 2019, 2020; SILVA, LEMOS, ALMEIDA E SILVA, 2021.

³ BARRACA, 2020.

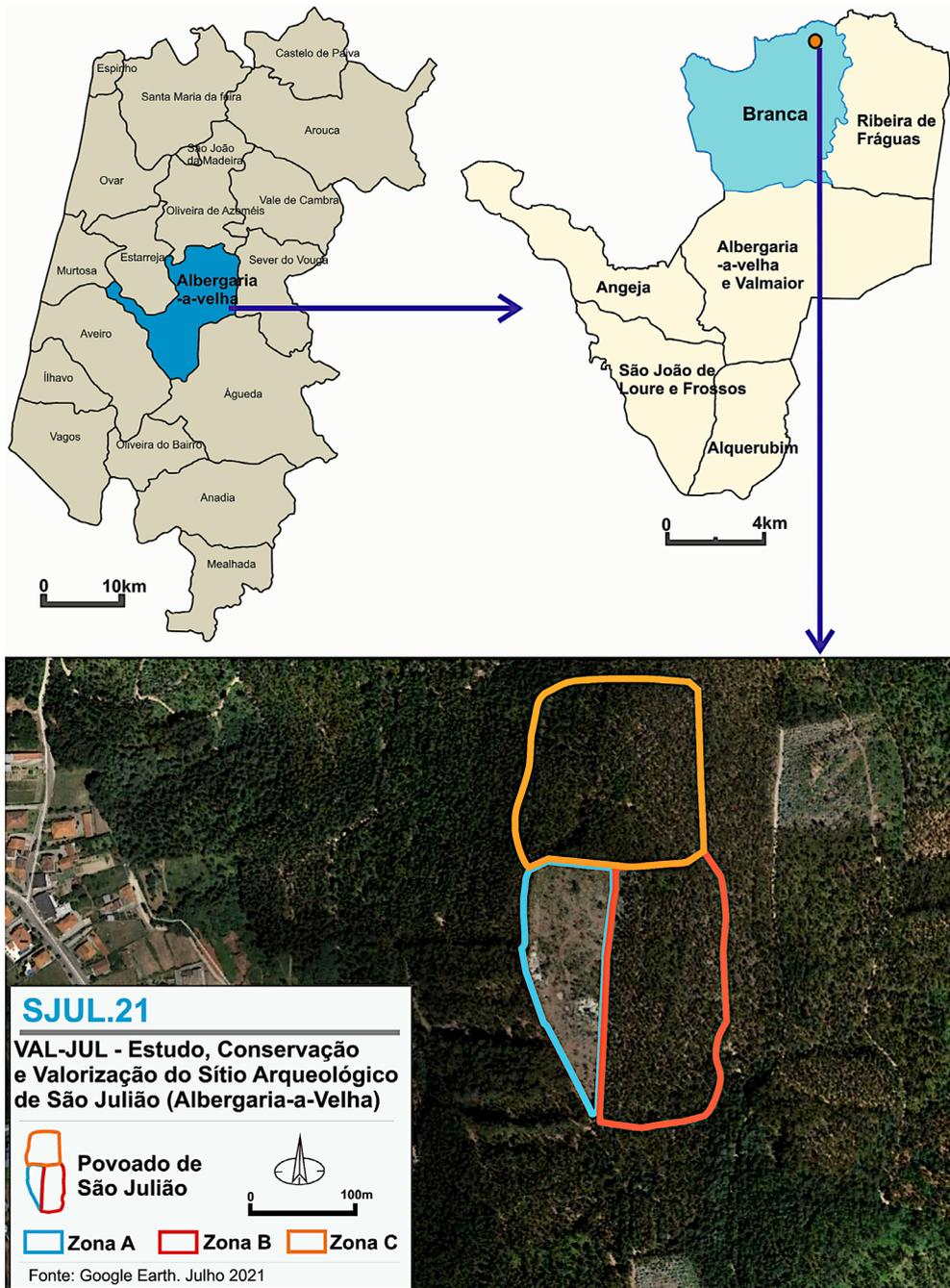


Fig. 1. Localização do Monte de São Julião
Fonte: Google Earth, julho 2021



Fig. 2. Ortofoto do Setor A de São Julião indicando-se as diferentes áreas de escavação
Fotografia: Multimapa

Com efeito, além de se preservar na microtoponímia, corrompendo-se, por interpretação popular, telégrafo em *talégre*⁴, a existência do posto telegráfico perdurou nas memórias locais, assim como foram perpetuadas também outras lendas e mistérios evocando, porventura, a ocupação mais antiga da elevação⁵. De alguns dos habitantes dos lugares mais próximos, ouvimos as *estórias* que se contavam em casa e aquelas que experienciaram nas suas visitas regulares a São Julião.

Um desses testemunhos foi bastante relevante, uma vez que o Sr. José Marques, residente no lugar vizinho de Chaque, quando criança, visitava frequentemente o monte, tendo-nos, em várias ocasiões, relatado a concentração de telhas e tijolos, com as quais costumava brincar, numa área um pouco a norte da mamoa. Também a D. Maria da Conceição Soares, residente no lugar da Espinheira, contava-nos que a sua sogra mencionava a existência do telégrafo, o qual comunicaria com um outro telégrafo, igualmente localizado no concelho de Albergaria-a-Velha.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E DOCUMENTAL

Após algumas experiências na área de Lisboa, ainda em finais do século XVIII, tendo como objetivo essencial o controle militar e aduaneiro da barra do Tejo⁶, a instalação da rede telegráfica visual acontece em Portugal nos inícios do século XIX, impulsionada por dois movimentos coevos: por um lado, a ação do matemático, cartógrafo e multimodo cientista Francisco António Ciera (1763-1814), nomeado pelo rei, em 1803, para renovar e expandir aquele sistema de comunicações⁷; por outro, já no quadro das invasões francesas, a intervenção do exército britânico⁸. Os sistemas utilizados para as comunicações, todavia, eram particulares. Nas Linhas de Torres instalaram-se, principalmente, dispositivos conhecidos como «telégrafos de balões», um modelo desenvolvido pelo almirante Berkeley, a pedido de Wellington, que aparentemente o ajustou, e que constava, basicamente, de um poste que sustentava uma verga horizontal que segurava, a diferentes alturas, um conjunto de balões, uma bandeira e um galhardete, elementos cuja articulação permitia gerar códigos numéricos e a partir destes, com o auxílio de tábuas adequadas, as respetivas mensagens alfabéticas⁹. De grande utilidade no quadro das manobras militares decorrentes da terceira invasão francesa, particularmente entre

⁴ «Talegre», como também «Talefe», são nomes muito comuns, que fossilizaram na microtoponímia contemporânea muitos pontos da rede telegráfica do século XIX. O *Reportório Toponímico de Portugal* — que regista os nomes geográficos da cartografia militar — regista, de norte a sul do país, sete locais designados como «Talegre» e formas aparentadas, além de oito «Telégrafo», mas muitos mais se encontram na bibliografia regional. Veja-se, sobre os aspetos linguísticos, RODRIGUES, 2007: 90-91, nota 126.

⁵ SILVA *et al.*, 2019: 26-27.

⁶ LUNA, SOUSA, LEAL, 2009: 75-76; LIMA, 2010: 10-12.

⁷ OLIVEIRA E LEMOS, 2015: em especial as pp. 479-482.

⁸ LIMA, 2010: 36-37; LUNA, SOUSA, LEAL, 2009: 78ss.

⁹ LUNA, SOUSA, LEAL, 2009: 95-101.

1809 e 1811, este tipo de telégrafo, que equipou, além dos postos da linha defensiva da capital, outras estações dos ramais de Lisboa a Almeida, Abrantes e Elvas, foi praticamente abandonado após essa época¹⁰.

Entretanto, em todas estas redes começaram também a ser usados modelos do «telégrafo português», desenvolvidos por Francisco António Ciera a partir dos sistemas inventados pelos irmãos Chappe, em França (1793) e suas adaptações em Inglaterra (Murray, 1796) e na Suécia (Edelkrantz, 1796)¹¹. Ciera desenhou três tipos de dispositivos, que designou como «de três balões», «de um ponteiro» e «de postigos»¹². O primeiro funcionava de modo similar ao modelo inglês, já descrito; o de ponteiro constava de um mastro sobre o qual estava instalado um ponteiro giratório, acionado por uma manivela, que proporcionava oito posições, em escalas de 45°, modelo relativamente móvel e adequado para comunicações de pequena distância; por fim, o telégrafo de postigos, persianas ou palhetas exigia uma estrutura mais complexa, composta por quatro postes que enquadravam, superiormente, um conjunto de persianas basculantes, que podiam ser cerradas ou abertas por meio de cabos (Fig. 3), produzindo — à semelhança do anterior — um sistema numérico codificado que depois era desdobrado alfabeticamente¹³. Todos estes sistemas permitiam a transmissão de mensagens entre dois pontos que se alcançavam visualmente com recurso a lunetas ou óculos, não funcionando as comunicações durante a noite ou em condições atmosféricas adversas.

Os telégrafos «de taboinhas, ou de mostrador» — correspondentes aos dois últimos acima mencionados — seriam os utilizados em Portugal por alturas de 1838¹⁴. A instalação da rede que ligava Lisboa ao Porto, planeada por Filipe Folque¹⁵, havia sido concluída em 1828, num período de grande instabilidade política relacionada com as guerras liberais. Esta linha constava de 28 estações, incluindo, no município de Albergaria-a-Velha, os postos de Vila Nova de Fusos e Alto da Branca¹⁶.

A estação de comunicações óticas que se instalou no Monte de São Julião (Alto da Branca) integrava o segmento Coimbra-Porto daquela linha e foi erguida no dia 21 de setembro de 1828, conforme deu nota o Comandante do Corpo Telegráfico e Inspetor-geral dos Telégrafos, João Crisóstomo do Couto e Melo, em carta enviada ao Ministro da Guerra do governo de D. Miguel, o Conde de Rio Pardo, a partir de Albergaria-a-Velha¹⁷.

¹⁰ LUNA, SOUSA, LEAL, 2009: 102-114.

¹¹ RODRIGUES, 2007: 82-84.

¹² CANAVILHAS, 2012.

¹³ LIMA, 2010: 16-20.

¹⁴ *Sobre Telegraphos*, 1838: 120.

¹⁵ Filipe de Sousa Folque (1800-1874) foi um destacado militar e matemático, especialista em geodesia e cartografia, responsável, por exemplo, pelo levantamento da Carta Topográfica de Portugal à escala 1: 100 000.

¹⁶ LIMA, 2010: 43-47.

¹⁷ AHM. *Correspondência de João Crisóstomo do Couto e Melo* [...] (1828-1833), p. 68.



Fig. 3. Telégrafo visual de Peniche, c. de 1900
Fonte: fotografia reproduzida de
<<https://historiadastransmissoes.wordpress.com/2011/11/15/telegrafo-de-peniche/>>

Num croqui da *Linha Telegráfica de Coimbra ao Porto*¹⁸ o telégrafo aqui localizado é referido como Alto da Branca e no *Mapa da Linha Telegráfica de Lisboa até a Cidade do Porto no primeiro d'Outubro de 1828*¹⁹ é possível verificar que era considerado *Telégrafo Chefe de Distrito*, sendo neste documento visível que a comunicação seria feita com um telégrafo a sul localizado em Montêdo (que corresponderá ao topónimo atual Moitedo, no concelho de Águeda) e a norte no Couto (Cucujães, Oliveira de Azeméis). Contudo, em meados de outubro de 1828, Couto e Melo identifica problemas de visibilidade entre o telégrafo do Alto da Branca e o de Montêdo — «achei que o telégrafo da Branca tinha horas, em que não podia descobrir destintamente o de Montêdo»²⁰ — em virtude da localização deste no fundo duma montanha, pelo que escolhe um ponto intermédio, onde manda colocar um novo telégrafo, em Vila Nova de Fusos (Albergaria-a-Velha)²¹, que fica estabelecido a 20 desse mesmo mês, melhorando assim a operacionalidade da linha de Lisboa ao Porto, salvo condições meteorológicas adversas como *nevoeiros e tempestades*²².

¹⁸ AHM. *Correspondência de João Crisóstomo do Couto e Melo* [...] (1828-1833), p. 25.

¹⁹ AHM. *Correspondência de João Crisóstomo do Couto e Melo* [...] (1828-1833), p. 21.

²⁰ AHM. *Correspondência de João Crisóstomo do Couto e Melo* [...] (1828-1833), p. 21.

²¹ AHM. *Correspondência de João Crisóstomo do Couto e Melo* [...] (1828-1833), p. 97.

²² AHM. *Correspondência de João Crisóstomo do Couto e Melo* [...] (1828-1833), pp. 98-99.

No ano de 1832 o telégrafo estaria ainda em funcionamento²³, o que parece já não suceder em 1846, uma vez que neste ano já não consta da listagem de composição da rede²⁴, não chegando assim, aparentemente, a funcionar sequer por 20 anos.

Para albergar as guarnições estacionadas nos telégrafos, «as estações eram inicialmente montadas em barracas de lona, para depois serem substituídas por barracas de alvenaria ou de madeira»²⁵, mas na mesma carta em que relata a instalação do telégrafo em Vila Nova de Fusos, o Comandante do Corpo Telegráfico dá nota da falta de dinheiro que afetava o estabelecimento de algumas das barracas, referindo a sua preocupação com a chegada do inverno²⁶. Não obstante, no *Mapa da Linha Telegráfica de Lisboa até a Cidade do Porto no primeiro d'Outubro de 1828*, consta uma observação que indica que as barracas da «Linha de Coimbra até ao Porto são de pedra, excetuando A. Branca»²⁷, não se referindo se a barraca aí instalada ainda seria de lona ou de madeira.

Esse mesmo mapa indica que a guarnição estacionada no telégrafo do Alto da Branca era composta por três operacionais — um cabo e dois soldados — e que tinham com eles um conjunto de material que permitiria o funcionamento do telégrafo, como óculos ou dicionários, jogos de cordas, cadernos de papel, penas de escrever e tinteiros. Já em junho de 1831, o Sargento Quartel Mestre do Corpo Telegráfico, Rodrigo António Bernardes Semêdo, indica que estava estacionada na Branca uma guarnição composta por um segundo sargento, um cabo e dois soldados²⁸.

A CONFIRMAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Como referimos, as pistas fornecidas pela memória daqueles que, desde há muito, frequentam o Monte de São Julião, às quais se juntou a dispersão de fragmentos cerâmicos contemporâneos observáveis à superfície, levaram-nos a reduzir a área do terreno onde a estrutura contemporânea podia localizar-se. Todavia, estruturas deste género não têm sido alvo de trabalhos arqueológicos. Com exceção dos realizados na Serra do Socorro, em Mafra, num telégrafo integrante das Linhas de Torres²⁹, não se conhecem outras intervenções em estruturas similares, o que levantava, à partida, questões relativas ao tipo de construção que teria existido em São Julião, que pudesse relacionar-se

²³ LIMA, 2010: 46.

²⁴ LIMA, 2010: 48-49.

²⁵ LIMA, 2010: 44.

²⁶ AHM. *Correspondência de João Crisóstomo do Couto e Melo* [...] (1828-1833), p. 99.

²⁷ AHM. *Correspondência de João Crisóstomo do Couto e Melo* [...] (1828-1833), p. 21.

²⁸ AHM. *Projecto da linha telegráfica a Norte de Lisboa e para Sul do país* (1831), p. 5.

²⁹ LUNA, SOUSA, LEAL, 2009: 118-122. Nesta intervenção arqueológica, realizada em 2007-2008, na sequência de um buraco de poste descoberto em sondagens efetuadas em 1991, confirmou-se a existência daquela estrutura negativa, cuja relação com o dispositivo do telégrafo, aliás, não é totalmente segura (LUNA, SOUSA, LEAL, 2009: 120). Não obstante, como acima se indicou, o telégrafo que ali esteve instalado foi um «telégrafo de balões», sistema inglês utilizado especialmente na defesa das Linhas de Torres no âmbito da terceira invasão francesa, em 1810-1811, e distinto dos mecanismos que viriam a ser usados na expansão da rede telegráfica nacional.



Fig. 4. Trabalhos de escavação de 2020, na zona do telégrafo, vendo-se o derrube em primeiro plano



Fig. 5. Plano inicial dos trabalhos em 2021, na zona do telégrafo

com o posto telegráfico. Estaríamos perante a existência de simples buracos de poste ou de um edifício de alguma dimensão, em madeira ou alvenaria, coberto com telha, como se poderia antever pela dispersão desse material? Assim, após os trabalhos de prospeção geofísica, realizados em 2020, que tinham, além do objetivo primário de procurar áreas de ocupação habitacional da Idade do Bronze, também a finalidade de identificar alguma anomalia compatível com as ruínas de uma estrutura que pudesse ser associada ao telégrafo³⁰, estabeleceram-se duas sondagens, uma de 3x1 m, onde não se identificaram

³⁰ BARRACA, 2020.



Fig. 6. Plano final dos trabalhos de 2021 na zona do telégrafo. Imagem orientada, sensivelmente, a norte
Fotografia: Multimapa

estruturas arqueológicas, mas apenas materiais cerâmicos e metálicos de cronologia contemporânea, e uma outra, inicialmente de 2x2 m, onde se vieram a identificar vestígios do que se interpretou como um derrube (Figs. 4 e 5). Com o alargamento da área de escavação em 2021, que alcançou os 140 m², identificaram-se os vestígios de um edifício, indubitavelmente construído no século XIX (Figs. 6 e 7).

Os trabalhos arqueológicos revelaram um conjunto de seis muros, configurando, pelo menos, dois compartimentos (Fig. 6 e Figs. 7a e c), com indícios de outros dois (Figs. 7b e d), apresentando o corpo construído uma orientação NNO-SSE. Os alinhamentos apresentavam preservada apenas a sua base, tendo o mais conservado 0,40 m de altura, sendo que, na zona a nascente, a estrutura foi afetada por uma ação de plantio intensivo, que provocou o desnivelamento do terreno, não se encontrando assim preservada a totalidade do edifício.

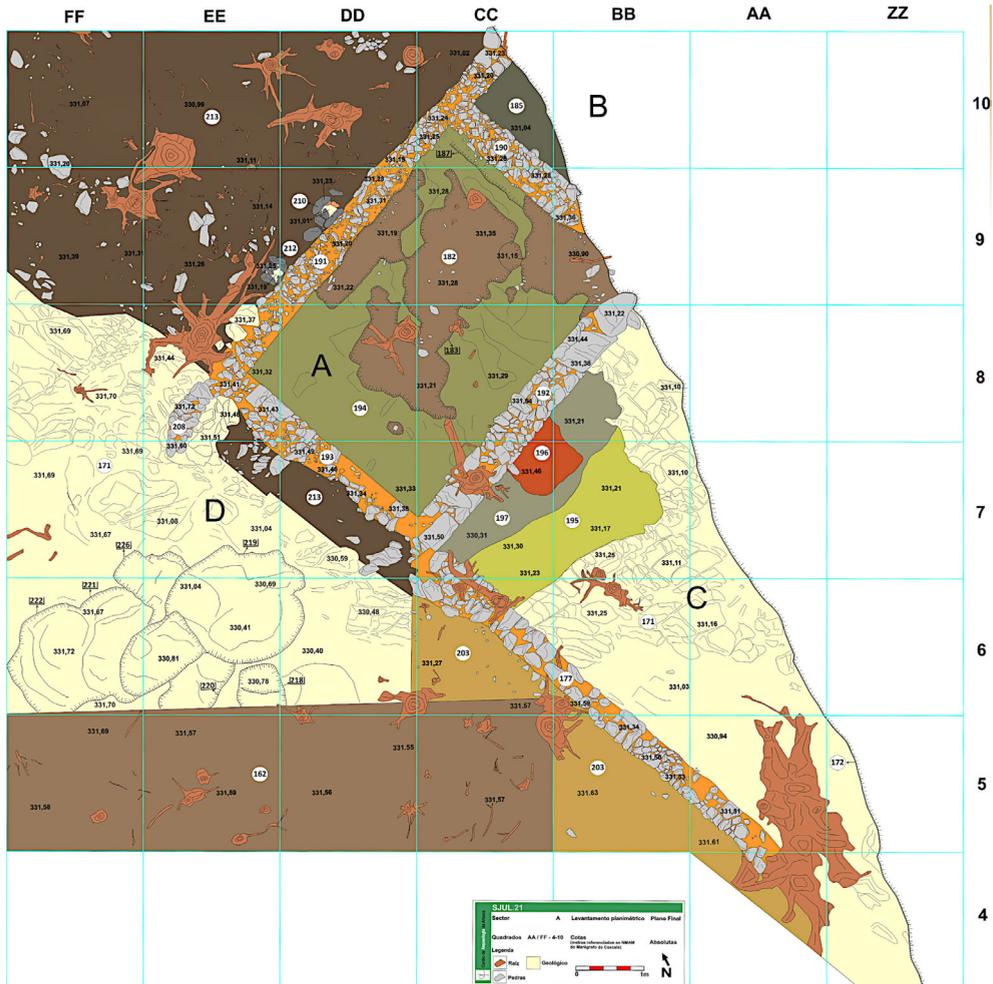


Fig. 7. Planta final das estruturas arqueológicas do telégrafo, no final da campanha de 2021. Levantamento dos autores

Os diferentes tramos de muro foram construídos, maioritariamente, com pedras de granito de grande e média dimensão, sendo rara a inclusão de blocos de quartzo. O seu miolo estava preenchido com pedras de menores dimensões, incluindo por vezes nódulos de argamassa bege-clara e, mais raramente, alguns fragmentos de telha. A espessura dos muros, no geral assentes sobre a rocha natural, é irregular, oscilando entre os 34 e os 64 cm, variando também a técnica edilícia, o que poderá indiciar algum faseamento construtivo. Na face exterior de uma das paredes do compartimento menor (Fig. 7a) observam-se ainda restos de argamassa de reboco (Fig. 8).



Fig. 8. Pormenor de um dos muros rebocado com argamassa de saibro



Fig. 9. Buracos de poste identificados em 2021, em primeiro plano



Fig. 10. Pormenor de um dos buracos de poste, registando-se a presença de argamassa de saibro

A planimetria do edifício — significativamente truncado a nascente, como se disse — evidencia, pelo menos, dois compartimentos. O menor (Fig. 7a) tem uma área interna na ordem dos 15 m²; o maior (Fig. 7c), situado a sul e desalinhado do anterior³¹, está bastante destruído, podendo estimar-se, no mínimo, que terá tido uma superfície interna superior a 32 m². O compartimento que designamos pela letra A exibe ainda restos de um pavimento em saibro, bastante homogéneo, muito compacto e arenoso, de coloração amarelada, destruído na área central por raízes de árvores. Sensivelmente a meio do paramento norte desta divisão, encontraram-se, adossados à face externa do muro, dois buracos de poste, delimitados por pedras de granito e distanciados entre si 1,15 m, apresentando diâmetro interno aproximado de 0,15 m e externo de 0,40 m, contendo um deles restos de argamassa de saibro de coloração bege-clara. Não se apurou a sua profundidade, que não parece muito significativa, através da escavação, para que melhor se preservassem (Figs. 9 e 10). Como adiante discutiremos, é possível que estes negativos estejam associados à colocação de postes em madeira para o funcionamento do dispositivo do telégrafo.

O muro [191], que limita o edifício a norte, prolonga-se ainda para nascente e, de forma menos clara, também para poente [208] (Fig. 7b e d), não podendo averiguar-se se corresponderiam a elementos de outros espaços cobertos ou, porventura, de alpendres ou muros de delimitação de diferente natureza. Atendendo à quantidade de fragmentos de telha de meia-cana exumados na escavação, por certo que, pelo menos, alguns daqueles espaços seriam cobertos com aquele material.

Do lado noroeste desta construção, verificou-se que a rocha natural se achava bastante perturbada pela abertura, em data indeterminada, de valas para extração de saibro, que alcançaram profundidades que rondaram os 0,50 m e diâmetros de 1,70 m. Uma vez que estas valas se encontravam preenchidas com materiais arqueológicos aparentemente resultantes do abandono das casas do telégrafo, é provável que a extração tenha acontecido posteriormente ao abandono da estrutura militar, embora não devamos excluir a hipótese de, pelo contrário, as valas terem sido feitas para obtenção de inertes para a construção do edifício e só terem sido colmatadas após o seu abandono, questão que a escavação não permitiu clarificar.

No que respeita aos materiais arqueológicos resultantes da campanha de 2021, dos 9819 elementos cerâmicos recolhidos, apenas 18 correspondem a materiais proto-históricos. A cerâmica de cobertura totaliza cerca de 94% do volume de materiais contemporâneos recolhidos na zona do telégrafo. Surgindo bastante fragmentada, a telha de meia-cana (Fig. 11) é sobretudo de coloração bege ou laranjada, alcançando os 184 kg. Foi ainda possível verificar a presença de algumas telhas com argamassa de saibro e pequenos seixos, tendo-se procedido à recolha de cerca de 500 g dessa mesma argamassa, de coloração bege, para futuras análises de composição.

³¹ Indiciando, talvez, faseamento construtivo que não pôde determinar-se.



Fig. 11. Fragmentos de telha (em cima ao centro fragmento com argamassa; em baixo à direita fragmento com negativo vegetal)

As perto de seis centenas de fragmentos de cerâmica comum de uso doméstico incluem, como grupo tecnológico maioritário, a louça negra (267), seguindo-se a olaria vermelha (200), a faiança (112) e, finalmente, os recipientes cobertos por vidrado de chumbo (14), em proporção claramente residual. Ainda que este conjunto não tenha, por enquanto, sido objeto de estudo detalhado, adiantam-se algumas informações gerais sobre as suas características.

Entre a louça negra (Fig. 12), a mais numerosa, identificaram-se bordos pertencentes a 9 recipientes diferentes e fundos de 5 peças, reconhecendo-se, pelo menos, fragmentos de panelas e caçoilas, podendo estar representados centros produtores tanto do Baixo Douro, como da região aveirense³². A maior parte da cerâmica desta categoria apresenta-se com paredes muito finas e bastante fuligem, denunciando a sua utilização no fogo. Surgem fragmentos decorados com caneluras, incisão e decoração plástica e asas de 2 recipientes distintos. No que concerne às pastas, assinala-se a presença de um conjunto de cerâmicas com inclusão significativa de micas.

³² Veja-se, para uma perspetiva muito geral, VV.AA., 1997 e RIBEIRO, SILVA, 2010.



Fig. 12. Fragmentos de cerâmica comum — barro negro

0 1cm

Entre a louça vermelha, maioritariamente das produções conhecidas como da região de Aveiro-Ovar³³ (Fig. 13), foi possível reconhecer o perfil completo de 3 tigelas, de diferentes diâmetros de abertura. Além destes 3 elementos, identificaram-se bordos de mais 17 recipientes e fundos de 14, não tendo sido possível estabelecer a relação destes últimos com os bordos. Os únicos fragmentos decorados identificados correspondem a panças ornamentadas com caneluras, muitos deles pertencentes ao mesmo recipiente. Os recipientes asados também são raros, tendo-se recolhido 3 asas, provavelmente de uma mesma peça.

No que respeita à faiança (Fig. 14), com base nos padrões decorativos, foi possível identificar pelo menos 15 recipientes diferentes, 2 dos quais com perfil completo, correspondendo a pratos. Já o vidrado de chumbo (Fig. 15) é, como dissemos, bastante residual, identificando-se fragmentos pertencentes a 3 recipientes diferentes. Merece ainda menção a recolha de 4 fragmentos de telha que foram arredondados, podendo ter sido usados como peças de jogo (Fig. 15).



Fig. 13. Fragmentos de cerâmica comum — louça vermelha

³³ Veja-se, como síntese recente, GOMES *et al.*, 2018.



Fig. 14. Fragmentos de faiança



Fig. 15. Fragmentos de cerâmica comum — vidrado de chumbo; peças de jogo

Recolheram-se também 26 fragmentos de vidro (Fig. 16), alguns deles de coloração esverdeada, correspondendo ao bojo e fundo de uma garrafa. Surgiram ainda vidros transparentes e um outro de coloração castanha, pertencentes a outros objetos. Os vidros transparentes apresentam espessura bastante reduzida, pelo que poderão relacionar-se com alguma lente, uma vez que, como era normal, existiam instrumentos óticos, como lunetas, no telégrafo.

Finalmente, registaram-se 44 objetos metálicos (Fig. 16), dos quais 37 são pregos em ferro, de diferentes dimensões, certamente relacionados com a cobertura ou estruturas internas da construção. Identificaram-se ainda 2 objetos em chumbo, um projétil e uma pequena chapa com orifício ainda por classificar; e 1 botão de farda, em latão, decorado no interior com folhas de louro, lendo-se ao centro a marca LONDON. Trata-se de objetos de evidente contexto militar, podendo interpretar-se, em análise preliminar, como um botão pertencente a um uniforme inglês, de oficial, correspondendo as restantes peças, a um elemento e projétil de um mosquete Brown Bess, arma de fabrico britânico, mas amplamente usada pelo exército português nesse período³⁴.

³⁴ Agradecemos esta classificação preliminar a Sérgio Veludo Coelho, da Escola Superior de Educação/Politécnico do Porto, reconhecido especialista em história militar.



Fig. 16. Fragmentos de vidro; elementos metálicos (1. pregos em ferro; 2. chapa em chumbo; 3. botão em liga de cobre; 4. projétil)

Estes materiais arqueológicos, datáveis, no essencial, da primeira metade do século XIX, enquadram-se plenamente no intervalo de ocupação do posto telegráfico, de acordo com a documentação que pudemos compulsar. Na verdade, se o dispositivo de comunicações foi instalado em setembro de 1828, como vimos, a construção de alvenaria parece ter sido erguida em data posterior, tendo o complexo sido abandonado, aparentemente, em data anterior a 1846, antecedendo assim a substituição do sistema de telegrafia *ótica* ou visual pelo elétrico, a partir de meados da década de 1850. Pouco mais de três décadas após a desativação do posto telegráfico, Augusto de Pinho Leal, escrevendo acerca de uma lenda local, menciona os «restos de uma trincheira, facho ou atalaia»³⁵ ali ainda visíveis, não se percebendo se o informador em que o dicionarista se baseou aludiria às muralhas proto-históricas do povoado ou, como parece provável, também às ruínas do telégrafo, o qual, curiosamente, *não mereceu referência particular*.

³⁵ LEAL, 1876: 102.

DISCUSSÃO: ARQUITETURA E SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DO TELÉGRAFO DO ALTO DA BRANCA

Como se explicou, a má conservação das estruturas e, em especial, a ripagem mecânica do terreno do lado nascente, tornam impossível, com recurso exclusivo à arqueologia, alcançar a planta completa do posto telegráfico, cuja estrutura e organização não lográmos também, por enquanto, esclarecer por via documental. Não obstante, algo poderá adiantar-se a este respeito, bem como acerca do dispositivo de comunicação visual que ali esteve instalado.

Pela documentação que acima apresentámos, o telégrafo visual do Alto da Branca esteve ativo entre setembro de 1828 e data talvez anterior a 1846, não tendo nos primeiros momentos contado com construção em pedra, mas talvez «barracas» em madeira ou tendas de lona, como era comum, para alojamento da guarnição. Esta era composta por três (1828) ou quatro militares (1831), devendo notar-se que exerciam por turnos, talvez de um ou dois efetivos, apenas em período diurno.

Os textos coevos que pudemos localizar prestam maior atenção à tecnologia e história dos sistemas de comunicação visual do que, propriamente, às construções que os apoiavam³⁶, para as quais não encontrámos, igualmente, iconografia. E se de construções de natureza militar podemos, talvez, esperar alguma padronização formal, a circunstância de terem sido instalados postos telegráficos tanto em meio urbano como rural, quer aproveitando construções preexistentes como erigindo-as de raiz, dificulta sobremaneira a nossa aproximação.

A partir de 1855 inicia-se a instalação da telegrafia elétrica por todo o país³⁷. A maior parte dos anteriores postos de telegrafia visual, de uso estritamente militar³⁸, nomeadamente os não urbanos, instalados em descampados e no alto dos montes, foram desativados e, nos anos subsequentes, avaliados e colocados à venda em hasta pública³⁹, o que permite obter — mesmo em busca não exaustiva — algumas informações sobre as respetivas construções e mesmo acerca dos mecanismos utilizados na telegrafia, como segue.

Em 1858 é colocada à venda a «casa que servia de telegrapho visual» de Monte Serves (Vialonga, Lisboa), descrita como

*uma casa terrea abarracada, em estado de ruina, e já sem porta, e dentro da mesma [...] um tabique, que dividia a dita casa e uma outra, que servia de cozinha, pertencendo-lhe mais em todo o redor [...] um pequeno terreno*⁴⁰.

³⁶ Veja-se, por exemplo, *Sobre Telegraphos*, 1838, que poderá ter servido de fonte ao anónimo autor de uma breve *Historia dos Telegraphos*, 1846.

³⁷ SANTOS, VALE, 2016; LIMA, 2010: 64-68.

³⁸ Tal era o princípio, embora, circunstancialmente, esta rede de comunicações passasse também a ser usada para fins civis, como deu nota um deputado em sessão da Câmara («Diário do Governo», 1854: 517).

³⁹ Em conformidade com os decretos de 30 de agosto e 21 de outubro de 1852 (RODRIGUES, 2007: 91).

⁴⁰ «Diário do Governo», 1858-11-26: 1479.

As instalações de Sabugo (Almargem do Bispo, Sintra) consistiam em

*uma pequena casa abarracada [...] dividida interiormente em dois quartos, e junto a ela um pequeno cerrado, conservando-se junto a ela quatro páos altos onde assentavam as três palhetas, as quaes também existem, bem como uma tarimba de descansar os óculos*⁴¹.

O telégrafo do Murado (Mozelos, Santa Maria da Feira) tinha

*de comprido 25 palmos e a pequena cozinha contigua á mesma 11 palmos, tendo pela parte do norte 35 palmos, e pelo poente 20 palmos e meio, com duas portas uma para o nascente, e outra para o sul, tendo mais quatro mastros e seis fncas de páo de pinho onde trabalhava o telegrafo, e um pequeno terreno*⁴².

Por sua vez, o de Vila Nova de Fusos (Valmaior, Albergaria-a-Velha) — imediatamente a sul do da Branca e então também já arruinado — apresentava-se com um «comprimento de nascente ao poente [de] seis metros e cincoenta centímetros, e de largura do norte ao sul cinco metros e seis centímetros»⁴³. Ainda no mesmo ano foi posto à venda o posto do Cabeço (Castanheira, Águeda), que tinha «de comprimento quatro varas, e de largura duas varas e tres palmos: e uma pequena casa chamada da Mesa, que lhe está adjunta, como pertença, tem de comprimento duas varas e quatro palmos, e de largura uma vara e tres palmos»⁴⁴. A casa do telégrafo do Cabeço do Moimento (Montido, Valongo, Águeda) tinha

*adjuntos, como pertenças, dois quartos ou casas mais pequenas, uma pelo lado do poente, e outra pelo lado do nascente: tendo a casa principal de nascente a poente tres varas e meio palmo, e do sul ao norte tres varas e palmo e meio; e os quartos, o do nascente tres varas e meia do norte ao sul, e três varas de nascente a poente; c o do poente, tem de norte a sul vara c meia, e de nascente a poente três varas*⁴⁵.

Em Estremoz, verificavam-se duas situações. Um dos telégrafos situava-se «proximo da parede da muralha de traz da Igreja de Santa Maria, da villa de Evora Monte», compondo-se «de duas pequenas casas terreas, contendo uma tarimba de madeira, mastreação, e palhetas do mesmo telegrafo»⁴⁶; enquanto que no sítio da Cruz

⁴¹ «Diário do Governo», 1858-11-26: 1479.

⁴² «Diário do Governo», 1858-12-14: 1553.

⁴³ «Diário do Governo», 1858-12-14: 1553.

⁴⁴ «Diário do Governo», 1858-12-14: 1553.

⁴⁵ «Diário do Governo», 1858-12-14: 1553.

⁴⁶ «Diário do Governo», 1858-12-14: 1553.

dos Caldeireiros (Santo António das Arcas) as instalações que haviam servido o mesmo fim consistiam em «duas pequenas casas terreas, contendo uma tarimba de madeira, mastreação e competentes palhetas, tudo em muito mau estado»⁴⁷. Da mesma lista fazia ainda parte o edifício da Serra de São Simão, em Montemor-o-Novo, não descrito, «com as suas competentes palhetas, duas estantes para escorar os olhos, quatro mastros, e quatro escoras»⁴⁸.

No ano de 1859 prossegue a venda de bens nacionais, oferecendo-se, entre outras propriedades, as instalações do telégrafo da Boa Vista (Aveiras, Azambuja), traduzido por «quatro pequenos quartos em pavimento abarracado»⁴⁹ e, em Vila Velha de Ródão, o posto do Alto do Perdigão, que tinha «de cumprimento vinte palmos e de largura dezoito, e de pé direito, de um dos lados quatorze palmos, e do outro dez, com uma janella para o oessudoeste, e uma porta para o susudoeste; todas em mau estado, principalmente, o sobrado»⁵⁰. Quase apenas com as medidas é também descrita a casa que servira de telégrafo no sítio da Serra das Olelas (Cebolais de Cima, Castelo Branco), registando-se um «cumprimento [de] vinte e tres palmos, de largura vinte e um e meio palmos, de direito no lado mais alto quatorze palmos, e no lado mais baixo dez palmos, uma porta virada ao susueste, e uma janella para o esnordeste»⁵¹.

Por fim, na área de Coimbra, o avaliador detalhou mais o edifício de Santo António dos Olivais (Penacova), composto por «uma pequena casa terrea com três quartos, uma cozinha arruinada, sendo as paredes de pedra, devidamente tudo telhado, tendo por cima os utensílios do telegrapho, que são quatro mastros, seis escoras, e tres palhetas com a sua competente ferragem»⁵²; enquanto em Penela, no sítio denominado o Monte de Vez, o telégrafo reduzia-se a «uma casa terrea com cincoenta palmos de comprimento, e quarenta de largura, com uma pequena janella para o lado norte, tudo muito arruinado, assim como a mastreação e palhetas»⁵³.

Ainda das listas publicadas nesse mesmo ano, fazia parte a casa do telégrafo de Água das Maias (Tomar), que constava de «uma sala, um pequeno quarto e uma cozinha com quatro janellas de vidraça em bom uso, tres palhetas com seus eixos, um ponteiro com manivella, e a mastreação do telegrapho com machas-femeas, escorada com varia madeira»⁵⁴. Uma indicação respeitante a Ferreira do Zêzere, apresenta particular interesse, ao referir uma «casa que servia de telegrapho visual denominado de Ceras [*sic*],

⁴⁷ «Diário do Governo», 1858-12-14: 1553.

⁴⁸ «Diário do Governo», 1858-12-14: 1553.

⁴⁹ «Diário do Governo», 1859-10-29: 1378.

⁵⁰ «Diário do Governo», 1859-04-11: 478.

⁵¹ «Diário do Governo», 1859-04-11: 478.

⁵² «Diário do Governo», 1859-04-11: 478.

⁵³ «Diário do Governo», 1859-04-11: 478.

⁵⁴ «Diário de Lisboa», 1859: 65.

no sítio das Cabeças, freguesia dos Chãos [que] tem de comprimento quarenta e quatro palmos, e de largura dezoito palmos»⁵⁵, indicando claramente a designação do telégrafo que o sistema de Francisco Ciera ali havia sido utilizado.

No concelho de Paredes, o extinto telégrafo de Baltar (Nabeiros, Rebordosa) compunha-se «de uma casa terrea de parede dobrada, e uma pequena cosinha ao nascente de parede singela, tudo coberto de telha, e com as madeiras bastante arruinadas»⁵⁶, sem informação de dimensões, que todavia se indicam, sem outros detalhes, para o posto de Arraiolos, sítio «no Oiteiro, denominada a Forca, com todos os seus pertences e terra anexa, que tem 10m para a parte do sul, 7m para a parte do norte, 7m para a parte do nascente, e 5m para a parte do poente»⁵⁷. Mais a norte, da «casa que servia de telegrapho visual» em «Capelludos, limite do lugar de Carrazedo da Cabugueira», Vila Pouca de Aguiar, menciona-se apenas que tinha «duas portas e duas janellas, sendo toda a madeira do forro e janellas de castanho, e de pinho o so[a]lho»⁵⁸.

A extensão destes exemplos de «casas do telégrafo», na sua evidente diversidade, parece-nos útil — à falta de outras fontes — para tentar perceber a natureza das estruturas escavadas no «Alto do Talégre» da Branca. Sem comentarmos ainda as informações sobre os dispositivos telegráficos, atentemos nos principais aspetos atinentes às edificações.

Com frequência, as descrições aludem à modéstia das construções, designadas por vezes como «casas abarracadas», se bem que erigidas geralmente em alvenaria de pedra, ao que parece. Os detalhes fornecidos são escassos, mencionando-se, ocasionalmente, a presença de uma ou duas janelas — indispensáveis para a função — tarimbas de madeira, para descanso e pernoita da guarnição militar, e cerrados ou terrenos envolventes, acaso utilizados, podemos conjecturar, para pequenas hortas ou guarda de lenha.

Faltando-nos as plantas, temos normalmente indicação do número de compartimentos, que parece variar entre um (Aveiras) e quatro (Penacova), entre os quais se incluem cozinha, quartos e, naturalmente, a casa do telégrafo propriamente dita. O modelo mais simples reduz-se a um único espaço coberto, de área reduzida, como os de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão, com superfícies, respetivamente, de 23,9 e 17,4 m², sendo de destacar a circunstância da descrição indicar, para cada um, alçados com distintos pés-direitos (3,08 e 2,2 m), o que sugere tratar-se de construções de cobertura de uma água, instalando-se, por certo, o posto de vigia do operador do telégrafo na parte mais alta.

A tipologia mais comum, porém, é a de dois ou três compartimentos, de morfologia variada, sendo talvez exemplo mais canónico o telégrafo de Valongo, em Águeda,

⁵⁵ «Diário de Lisboa», 1859: 65.

⁵⁶ «Diário de Lisboa», 1860: 1153.

⁵⁷ «Diário de Lisboa», 1861: 1869.

⁵⁸ «Diário de Lisboa», 1861: 1869.

composto por uma sala central, com 12,4 m², correspondendo ao posto telegráfico, ladeada por dois quartos ou compartimentos menores, o do nascente com 12,7 m² e o poente com 5,5 m², talvez um usado como quarto e o menor como cozinha. A superfície global das construções parece variar entre 17,4 m² (sala única, em Vila Velha de Ródão) e cerca de 88 m² (Penela), construção que, provavelmente, teria compartimentação interna, não mencionada. Quando indicadas, são mais comuns as dimensões entre os 18 e os 38 m², aparentemente inferiores às do posto da Branca, que teria, no mínimo, uma área bruta a rondar os 70 m², não podendo estimar-se a parte que foi destruída⁵⁹.

No que respeita ao tipo de sistema em que operava o telégrafo da Branca, os dados recolhidos, tanto na documentação escrita como na intervenção arqueológica, não fornecem indicação precisa, embora seja lícito sugerir que com ele se pudessem relacionar os dois buracos de poste encontrados junto à face norte da construção. Provavelmente, tratar-se-ia do modelo de persianas ou palhetas, uma vez que o seu funcionamento é descrito no *Regulamento do Serviço Telegráfico*⁶⁰ de 8 de dezembro de 1828, que foi aplicado à Linha Lisboa-Porto⁶¹. Na documentação que reunimos acerca das arrematações dos edifícios da rede de telegrafia visual, tal era o sistema utilizado em muitos deles, como o telégrafo de Mozelos, Santa Maria da Feira⁶², instalado no mesmo ano do que aqui apresentamos; todavia, já para o da Água das Maias, Tomar, do mesmo ano, a menção a «um ponteiro com manivela» pode indiciar o segundo modelo principal de Francisco Ciera⁶³.

Não podendo determinar-se, ou excluir, outras presenças ou frequência militar contemporânea no Alto da Branca, a existência do posto de telegrafia visual e de um pequeno corpo militar, em permanência, ainda que alternada, e mesmo que, como apurámos, por escassas duas décadas, marcou indelevelmente a memória da comunidade local. Tal é o efeito dos centros de poder, ainda que modestos, e das construções e atividades que destoam, pelo seu ineditismo, da arquitetura e hábitos das populações rurais tradicionais. Mas outros impactes no meio natural, que desconhecemos e a arqueologia em pouco desvenda, terão resultado desta presença militar: extração de pedra e saibro para as construções, ações de deflorestação para melhorar o campo visual ou utilização da madeira, produção de carvão vegetal, o cultivo de pequenas hortas? A duas ou três dezenas de metros das casas do telégrafo as crateras de duas pequenas explorações de rachão — de cuja origem e funcionamento se perdeu a memória — poderão, talvez, ligar-se à edificação do posto. Do mesmo modo, a violação da câmara funerária

⁵⁹ Não obstante, na apreciação destas tipologias arquitetónicas deve ter-se em conta, como acima expressámos, que as descrições tanto aludem a construções de raiz como, porventura, ao aproveitamento de edifícios preexistentes, nomeadamente nas zonas urbanas.

⁶⁰ AHM. *Regulamento de serviço telegráfico* (1828).

⁶¹ LIMA, 2010: 44-45.

⁶² «Diário do Governo», 1858-12-14: 1553. *Vd. supra*.

⁶³ «Diário de Lisboa», 1859: 65. *Vd. supra*.

da mamoa megalítica ali existente⁶⁴ pode ter tido como razão, porventura, o aproveitamento da pedra; do mesmo modo, a estranha estrutura negativa aberta na área central do mesmo monumento — uma vala subquadrangular, relativamente profunda, seccionada transversalmente por um pequeno murete em pedra e colmatada por aterros com significativa inclusão de telha — poderá ter algo a ver com a vida do posto telegráfico, sem que todavia façamos qualquer ideia do seu uso ou função.

Entre a memória e a arqueologia, como titulámos este texto, a estação de telegrafia visual do Alto da Branca «intrometeu-se» num sítio do Bronze Final — ele próprio gerador de interessantes questões e perplexidades — a lembrar-nos que a arqueologia, na sua radical materialidade, se aproxima de nós, por vezes, até à distância de poucas gerações. A escavação, e projetada musealização, deste «talégre» acrescenta novos dados à história das comunicações militares e à reconstituição das vivências de Oitocentos em terras de Albergaria-a-Velha.

FONTES

Arquivo Histórico Militar (Lisboa)

AHM. *Correspondência de João Crisóstomo do Couto e Melo, inspector dos telegrafos, para o conde do Rio Pardo sobre pessoal, construção de novos telégrafos, vencimentos, croquis da linha telegráfica de Lisboa ao Porto, armas, mapa da força, transferências de pessoal e contabilidade*. PT/AHM/DIV/1/20/008/05 (1828-1833).

AHM. *Projecto da linha telegráfica a Norte de Lisboa e para Sul do país*. PT/AHM/DIV/1/20/011/12 (1831).

AHM. *Regulamento de serviço telegráfico*. PT/AHM/FE/040/0880 (1828).

Fontes hemerográficas

«Diário do Governo». 93 (1854-04-22) 517.

«Diário do Governo». 279 (1858-11-26) 1479.

«Diário do Governo». 294 (1858-12-14) 1553.

«Diário do Governo». 85 (1859-04-11) 478.

«Diário do Governo». 255 (1859-10-29) 1378.

«Diário de Lisboa». 15 (1859-11-17) 65.

«Diário de Lisboa». 242 (1860-10-22) 1153.

«Diário de Lisboa». 161 (1861-07-22) 1869.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA E SILVA, Sara *et al.* (2018-2019). *Cerâmica proto-histórica do povoado de São Julião (Albergaria-a-Velha): estudo preliminar*. «Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património». 11, Lousada, 9-36.

BARRACA, Nuno (2020). *Prospecção Geofísica: Magnetometria e Georadar no Castro de São Julião*. Relatório datilografado.

⁶⁴ Que designamos como «mamoa de São Julião». Veja-se SILVA *et al.*, 2020 e outra bibliografia indicada no final para informações sobre a escavação deste monumento funerário pré-histórico.

- CANAVILHAS, José Manuel (2012). *Linha telegráfica Lisboa/Coimbra*. «História das Transmissões Militares. Um blogue da Comissão da História das Transmissões (CHT)». (23 set. 2012). [Consult. set. 2022]. Disponível em <<https://historiadastransmissoes.wordpress.com/2012/09/23/linha-telegrafica-lisboacoimbra/>>.
- GOMES, Paulo Dordio *et al.* (2018). *Louça vermelha de Aveiro e de Ovar: ensaio de uma síntese atualizada*. In FRANÇA, António; PEREIRA, Gabriel; ELVAS, Raquel, coord. 3.7. *Olaria de Ovar – Catálogo da Exposição*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, pp. 4-43.
- HISTORIA dos Telegraphos* (1846). «Diário do Governo». Lisboa. 266 (1846-11-11) 1176.
- LEAL, Augusto S. A. B. de Pinho (1876). *Portugal Antigo e Moderno. Dicionario Geographico, Estatistico, Chorographico...* Lisboa: Mattos, Moreira & C.^a, vol. 7.
- LIMA, António L. Pedroso (2010). *Bicentenário do Corpo Telegráfico. 1810-2010*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- LUNA, Isabel de; SOUSA, Ana Catarina; LEAL, Rui Sá (2009). *Telegrafia Visual na Guerra Peninsular. 1807-1814*. In GANDRA, Manuel J.; LOPES, Irina Alexandra, coord. *Boletim Cultural – 2008*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, 1.^a série, pp. 68-141.
- OLIVEIRA E LEMOS, Carlos de (2015). *Francisco António Ciera e os problemas científicos do seu tempo*. «Memórias, 2013». Lisboa: Academia da Marinha, 459-486.
- PORTUGAL. Ministério do Exército (1967). *Reportório Toponímico de Portugal. 03 – Continente (Carta 1/25.000)*. [Lisboa]: Serviço Cartográfico do Exército. 3 vols.
- RIBEIRO, Manuela C. S.; SILVA, António Manuel S. P. (2010). *Louça preta moderna e contemporânea de contextos arqueológicos da cidade do Porto*. «Olaria. Estudos arqueológicos, históricos e etnológicos». Barcelos: Câmara Municipal. 2.^a Série. 4 (2008-2010) 174-203.
- RODRIGUES, Mário R. Simões (2007). *Da Estrada Romana ao Telégrafo Visual. Dois mil anos de viagens e comunicações por terras de Alvaiázere*. Leiria: CEPAE.
- SANTOS, Inês Moreira dos; VALE, Clara Pimenta do (2016). *A Primeira Idade de Ouro na Construção da Rede de Telecomunicações em Portugal. Da Regeneração à Implantação da República*. In PÓVOAS, Rui F.; MATEUS, João M., eds. 2.º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira – Culturas Partilhadas. Livro de *Actas*. Porto: CEAU; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, vol. 2, pp. 593-602.
- SILVA, António Manuel S. P. *et al.* (2015). *Escavações arqueológicas em São Julião da Branca (Albergaria-a-Velha). Campanhas de 2014-2015*. «Albergue. História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha». Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal. 2, 59-91.
- SILVA, António Manuel S. P. *et al.* (2016). *Proto-história da Bacia do Antuã (2011-2015) – Um projeto de investigação arqueológica em rede*. «Patrimónios de OAZ». Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal. 0, 77-96.
- SILVA, António Manuel S. P. *et al.* (2017). *São Julião da Branca e o povoamento do Entre Douro e Vouga na transição entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro*. «Albergue. História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha». Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal. 4, 15-40.
- SILVA, António Manuel S. P. *et al.* (2019). *Projeto de valorização do sítio do Alto do Talégre/São Julião (Branca, Albergaria-a-Velha) – Investigar o Passado e (re)construir memórias*. «Albergue. História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha». Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal. 6, 23-34.
- SILVA, António Manuel S. P. *et al.* (2020). *São Julião da Branca (Albergaria-a-Velha) - Investigação e valorização de um povoado do Bronze Final*. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coord. *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses; CITCEM, pp. 1065-1081.

- SILVA, António Manuel S. P.; LEMOS, Paulo A. P.; ALMEIDA E SILVA, Sara (2021). *Do povoado da Idade do Bronze ao Talégre do século XIX. Trabalhos Arqueológicos de 2020 e 2021 em São Julião da Branca*. «Albergue. História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha». Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal. 8, 83-96.
- SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA DA SILVA, Fernando A. (1995). O Povoado de S. Julião (Branca, Albergaria-a-Velha, Aveiro). In SILVA, Isabel coord. *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Gabriel R. (2020). *Walls and Castros. Delimitation structures in the Proto-historic settlements of Entre Douro and Vouga region (Center-North of Portugal)*. In DELFINO, Davide et al. *Late Prehistoric Fortifications in Europe: Defensive, symbolic and territorial aspects from the Chalcolithic to the Iron Age. Proceedings of the International Colloquium 'FortMetalAges'*. Oxford: Archaeopress Publishing, pp. 215-228.
- SOBRE Telegraphos*. «O Museu Portuense. Jornal de Historia, Artes, Sciencias Industriaes e Bellas Letras». Porto, 8 (15 nov. 1838) 117-121.
- VV.AA. (1997). *A louça preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.